

Rebelião dos Marinheiros (1961-1964) no Rio de Janeiro

Gessildo Mendes Júnior*

A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) era uma entidade civil que tinha por objetivo lutar pelas demandas sociais dos marinheiros, soldados e cabos da Marinha de Guerra do Brasil. Suas reivindicações, um tanto “simples” (possibilidade de se casar, votar e ser eleito, usar trajes civis fora do expediente, melhor tratamento por parte dos oficiais, melhoria nos ranchos nos navios e nas unidades em terra, reformulação do regulamento disciplinar arcaico e que nenhuma medida punitiva fosse tomada contra os que pertenciam à entidade e o próprio reconhecimento da mesma), não foram atendidas pelo almirantado. A postura do não reconhecimento da associação pelo almirantado e a prisão de alguns dos diretores da associação levou ao episódio conhecido como Revolta dos Marinheiros, que ocorreu nos dias 25, 26 e 27 de março de 1964, servindo de justificativa para que os oficiais da Marinha de Guerra do Brasil aderissem ao golpe contra o governo pretensamente sindicalista de Goulart, pois, anistia concedida por ele aos marinheiros rebeldes iria de encontro, segundo os oficiais, à hierarquia, pilar das Forças Armadas.

Minha pesquisa, que está no início, pretendo estudar o nascimento, a atuação e as causas do fim da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).

Acredito que o tema seja relevante, pois ao tratar das reivindicações dos marinheiros e de sua disposição para lutar por elas, pretendo entender o universo ideológico desse grupo de militares de menor graduação da Marinha - e provavelmente também do Exército e da Aeronáutica - o que é relevante num país em que o papel político das Forças Armadas sempre foi de destaque.

Para explicitar minha argumentação, uso como exemplo umas das reivindicações dos marinheiros: “possibilidade de se casar”. Se pensarmos na estrutura militar com uma pirâmide, perceberemos que o maior contingente das Forças Armadas está distribuído na base, quer dizer; os soldados, marinheiros e cabos constituem o maior efetivo das instituições militares. Na questão levantada, ao lado de uma análise social e econômica, cabe também o problema moral. Na década de 1960, um indivíduo amasiado não era visto com bons olhos pela sociedade e se esse elemento fosse religioso, sua própria moral estava em jogo; mas se fosse evangélico aí então não seria nem aceito com membro de tais instituições.

* Mestrando no Programa de Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira, bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Economicamente, estamos falando de milhares de famílias que na falta do militar ficariam em situação difícil. Nem a esposa e nem os filhos tinham amparo legal e assistência médica-hospitalar (não podemos cometer o anacronismo e achar que a união estável já tinha valor legal, que foi aprovada com o novo Código Civil Brasileiro). Só os elementos de maior graduação (a partir de sargento) e patentes poderiam gozar de tais benefícios, pois podiam se casar. O que podemos supor que era uma maneira da União poupar dinheiro para os cofres públicos.

Por compartilhar da concepção de que a história não é feita somente pelas classes dirigentes, mas por sujeitos históricos que estão espalhados em todas as esferas sociais (camponeses, trabalhadores, estudantes, marinheiros etc.), trabalho com a perspectiva da história vinda de baixo, segundo Hobsbawm (HOBSBAWM, 1988: 18-33); “A história com origem no povo, a história vinda de baixo ou a história da gente comum, na qual George Rudé foi o pioneiro ilustre, não precisa mais de propaganda.” A história vinda de baixo se torna uma metodologia fundamental para a compreensão da AMFNB, pois, não estamos falando de líderes famosos, mas de elementos da mais baixa hierarquia da Marinha de Guerra do Brasil, homens que na sua maioria não tinham nem o antigo 2º grau. A história vinda de baixo se constitui um novo viés para se abordar a história militar que é sempre contada a partir das classes dominantes (oficiais das mais altas patentes). Mais tarde, a liderança do chamado cabo Anselmo, vai ser colocada em xeque, acusado de ser um espião da CIA, afinal, tal liderança não poderia partir de gente comum, ou melhor, de um marinheiro.

Também por não compartilhar da crença de que a história é feita por heróis, e sim por sujeitos históricos que são passivos de acertos e erros, dentro de uma perspectiva histórica na qual o mesmo está inserido, a figura do chamado cabo Anselmo (que na verdade não era cabo, era marinheiro de primeira classe, mas sua divisa fora confundida pelos jornalistas) deve ser dividida em pelo menos dois momentos distintos. Primeiro como um marinheiro carismático e como uma boa oratória, que por algumas circunstâncias históricas, na opinião de Capitani (CAPITANI, 2005: 34), acabou sendo eleito presidente da AMFNB e em um segundo momento, como traidor do movimento revolucionário que vai opor-se ao regime militar.

O período compreendido entre 1961-1964 foi escolhido por algumas especificidades históricas. Segundo Benevides (BENEVIDES, 1981: 07);

Sete anos e um dia após o suicídio de Getúlio Vargas, outro presidente, igualmente eleito com expressiva votação popular, deixava o poder de forma traumática. Mas, além de carecer do sentimento de grandeza, inegável no gesto de Getúlio, a renúncia de Jânio Quadros permanece até hoje envolta na polêmica que hora enxerga o golpe, ora a insanidade do protagonista. E a crise que provocou, pela tentativa militar de se impedir a investidura constitucional do vice João Goulart, quase leva o país à guerra civil.

A figura de Jânio Quadros torna-se importante por não se tratar de um populismo vinculado aos partidos políticos e as massas, e sim, ao grande capital e aos militares como afirma Benevides (BENEVIDES, 1981: 09);

O populismo expresso nos governos de Vargas (1950-1954) e de Goulart (1961-1964) estava efetivamente vinculado aos movimentos sociais e aos partidos políticos numa inequívoca tentativa de política de massas. O estilo autoritário, moralista e extremamente personificado de Jânio Quadros evocava um “populismo de direta” – militarista, antiparlamentar e associado ao grande capital – (...).

Por acreditar que o tema seja ainda pouco compreendido pela historiografia brasileira, terei que trabalhar principalmente com fontes primárias e testemunhos orais. Existe um trabalho bem elaborado sobre o assunto, a dissertação de mestrado de Flávio Luís Rodrigues pela USP, mais tarde editada pela Cortez Editora, com o título **Vozes do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64**.

Rodrigues aponta para pelo menos três versões da Revolta dos Marinheiros (RODRIGUES, 2004: 17-18);

A primeira, em geral vinculada por militares, vincula aquela Revolta aos interesses comunistas e à fraqueza do governo e sua falta de rigor com a baderna e a indisciplina nos quartéis. Nessa versão incluímos os nomes dos generais Gustavo Moraes Rego Reis, Carlos de Meira Mattos, Ivan de Souza Mendes, Adyr Fiúza de Castro, Enio dos Santos Pinheiros, Olympio Mourão Filho, Carlos Alberto da Fortuna, marechal Odílio Denys, o almirante Ernesto Batista e Carlos Penna Boto. Muito próximo dessa versão estão também o jornalista Elio Gaspari e o historiador Thomas Skidmore.

A segunda versão, defendida por historiadores e jornalista de esquerda, associa a Revolta à trajetória pouco exemplar de Anselmo. Utilizando-se de frases do tipo “como a história provou” – referindo-se à traição de Anselmo - essa versão dedica poucas frases ao movimento dos marinheiros: algumas sequer citam a AMFNB. Contentam-se em reproduzir a versão do comandante Ivo Aciocy Corseuil. Parecem condenar a AMFNB a priori. Assim, atribui a radicalização dos marinheiros a um cálculo que pretendia desestabilizar o governo Goulart (Alguns deixam isso implícito). A essa versão relacionamos os nomes dos seguintes historiadores (e jornalistas): Edgar Carone, Moniz Bandeira, Marcos Aurélio Borba, Edmar Morel, Hélio Silva, Boris Fausto e Dênis Moraes.

Terceira versão, na qual se incluem os cientistas políticos Caio Navarro de Toledo, Alfred Stepan e os historiadores Jacob Gorender e Nelson Werneck de Sodré, trata da Revolta de forma cuidadosa, não vinculando a AMFNB   trajetória de Anselmo, embora faça poucas referências   associação.

Não me filio a nenhuma das três versões, citadas por Rodrigues. Mesmo considerando a grande relevância da historiografia produzida até aqui, pretendo abordar os fatos a partir do imaginário dos marujos que pertenciam à entidade.

Apesar de compartilhar do conceito de classes “fundamentais” de Karl Marx e Engels, estou trabalhado com o conceito entre aspas, pois se trata de um universo muito específico que é o dos militares. Acredito que uma análise gramsciana ficará mais apropriada para o universo dos marinheiros, e concomitantemente, estou usando o conceito de Estado Ampliado de Gramsci (COUTINHO, 1981), em que o mesmo   constituído por uma “sociedade política” mais a “sociedade civil” que se organiza a partir de “aparelhos privados de hegemonia”, que são os organismos de participação política voluntários, e que não se caracterizam pelo uso de repressão. A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, nada mais   do que uma entidade civil, parte da “sociedade civil” que se organizar  em seu “aparelho privado de hegemonia”. Apesar de parecer uma incoerência teórica, pois, estamos falando de militares, parte do aparelho repressivo do estado, a AMFNB   uma organização que tem como meta lutar pelas demandas sociais de uma “classe” específica, ou seja, de um “aparelho privado de hegemonia”.

Avelino Bione Capitani, ex-diretor da AMFNB, será um elemento de suma importância em minha pesquisa por pelo menos dois motivos. Primeiro por se tratar de um depoimento que vem de dentro do movimento (transcrito em um livro de sua autoria), ou seja, por ter sido um dos diretores da AMFNB. Segundo por sua origem camponesa e nordestina, que vai tipificar a maioria dos marinheiros que compunham os quadros da Marinha de Guerra do Brasil na época em questão, como mostra o documento enviado pelo ministro da Marinha, Ernesto de Mello Baptista, ao presidente marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (Apud RODRIGUES, 2004: 179-181); “A maioria dos praças que integram o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e o Corpo de Fuzileiros Navais prov m dos Estados, principalmente do Norte e Nordeste, maior fonte de recrutamento para Marinha.”

Capitani fará alusão, em sua obra, a temas que pretendo analisar para que se possa compreender a necessidade de organização por parte da marujada. Um desses temas pude

observar dentro de minha própria casa, quando emprestei para meu pai (um marujo aposentado, que no período em questão compunha os quadros da Marinha de Guerra do Brasil), um livro que abordava a Revolta da Chibata (1910), de Álvaro Pereira do Nascimento (NASCIMENTO, 2001). O que lhe causou espanto na leitura foi à data do ocorrido, proferindo as seguintes palavras: “eu pensei que tinha sido mais próximo”, ou seja, a Revolta da Chibata ainda estava presente no imaginário dos marujos da época, fato este que é também citado por Capitani (CAPITANI, 2005: 21);

A história da Revolta da chibata estava gravada na memória dos marinheiros. Foi uma das primeiras histórias que me contaram ao chegar no quartel. Mostraram-me um tenente auxiliar, já muito velho, que havia escapado de ser jogado no mar por João Cândido, porque se escondeu em um latão de lixo.

Esse trabalho pretende contribuir para analisar o elitismo e o conservadorismo na Marinha de Guerra do Brasil; estudar se a hierarquia militar, considerada o pilar das Forças Armadas serve de arcabouço legal e ideológico para dividir os indivíduos de tais corporações em “classes”, dentro de um campo de poder, destacando o embate entre dominantes e dominados (superiores e subalternos). Tenta esclarecer os reais motivos pelos quais a Associação dos Marinheiros e Fuzileiro Navais (AMFNB), uma entidade civil que lutava por reivindicações bastante simples, mas de extrema importância para os elementos mais desprotegidos da hierarquia militar, não conseguiu ver atendidas pelas autoridades militares suas reivindicações. Quero entender também se o temor das autoridades em relação à organização da marujada fundamentava-se em reconhecer na AMFNB um “aparelho privado de hegemonia”, que preparava através de seus “intelectuais orgânicos”, uma “contra-ideologia” para combater, como “classe para si”, o sistema arcaico militar e o próprio sistema capitalista. A organização dos marinheiros punha em perigo a máxima militar: “primeiro cumpre e depois pondera”, pois eles passavam a ter consciência da importância do seu papel social, principalmente por serem portadores da coerção física. Tal nível de consciência por certo levaria um soldado a desobedecer ordens das classes dominantes que fossem de encontro aos interesses das classes desfavorecidas.

Fontes primárias

- CAPITANI, Avelino Bioen. **A Rebelião dos Marinheiros**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- DUARTE, Antônio. **A luta dos marinheiros**. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.
- VIEGAS, Pedro. **Trajatória Rebelde**. São Paulo: Cortez, 2004.

Bibliografia

- BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L & PM, 1981.
- D'ARAUJO, Maria Celina et al. **Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DREIFUSS, R. A. – **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GORENDER, Jacob. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: visões críticas do golpe**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- HOBSBAWM, Eric. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (org.). **A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Tradução: Ruy Jungmany. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Graal, 2003.
- MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente – 1964-1992**. São Paulo: Ática, 2006
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, s/d. Tradução: Maria Júlia Goldwasser.
- RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64**. São Paulo: Cortez Editora,
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A Modernização Autoritária. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Política e rebelião nos anos 30**. São Paulo: Editora Moderna, 1995.